**OS MOVIMENTOS INTERNACIONAIS E SUAS INFLUÊNCIAS PARA A
FORMULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
INCLUSIVAS BRASILEIRAS**

Denise Gama da Silva¹

Enviado em 10/01/2024 Aprovado em 22/03/2024

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Acre-UFAC, Professora e Pesquisadora de Políticas Educacionais Inclusivas.

E-mail: denise.silva@ufac.br

RESUMO: A Educação Especial na perspectiva da inclusão tem sido foco de grandes discussões em nível nacional, assim como internacional. Tais discussões colocam em debate a Educação Especial Inclusiva como uma política pública que surge de forma mais intensa e consolidada a partir dos anos 1990. A luta em prol de uma escola inclusiva, assim como a busca para efetivar a educação como um direito para todos foram marcados por diversos movimentos, declarações e conferências importantes para a construção e definição dos caminhos que a educação, sobretudo a educação especial na perspectiva da inclusão deveria percorrer. Objetiva-se com este trabalho realizar uma análise da influência que os movimentos internacionais trouxeram para a formulação das políticas públicas inclusiva no Brasil, destacando as principais inovações que surgiram no campo educacional brasileiro a partir de 1990. O trabalho é fruto de um levantamento bibliográfico feito em caráter exploratório, período de 1990, até os dias atuais, sendo utilizados como base para a construção do referencial teórico autores como Hofling (2001), Lessard (2016), Mantoan (2003, 2011), Carvalho (2014, 2012, 2010), Bueno (2016), Ball (2011), Lakatos e Marconi (2003), Mazzota (2011), - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, Constituição Federal de 1988, Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração de Salamanca (1994), Conferência de Jomtien (1990), de outros. Como resultados, percebe-se que as Políticas públicas inclusivas brasileiras foram fortemente influenciadas em seu contexto geral pelas conferências e organizações internacionais, e que todas as discussões a respeito de uma educação igualitária serviu para que a Educação Especial na perspectiva inclusiva fosse um dever do Estado em promover e desenvolver políticas que minimizem as desigualdades, dê condições de acesso e permanência aos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Educação Inclusiva. Políticas Públicas Inclusivas.

INTRODUÇÃO

A partir de leituras e observações feitas em livros, revistas e demais meios, podemos perceber que nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990, houve um aumento significativo de debates, discussões e conferências em prol da ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, tanto em nível nacional como internacional. Neste contexto, objetiva-se com este trabalho realizar uma análise da influência que os movimentos internacionais trouxeram para a formulação das políticas públicas inclusivas no Brasil, a partir da década de 1990.

Por influência de um movimento que iniciou ainda na década de 1990, mas, que ganhou consistência nos últimos tempos, vemos que hoje existe não somente no Brasil, mas em diversos outros países uma variedade de políticas públicas que abrange todo o Público Alvo da Educação Especial. Porém, historicamente falando, as pessoas que nasciam com determinado problema de natureza física, psicológica ou que apresentasse comportamento diferente, eram excluídas dos meios sociais.

No tocante as questões de exclusão de pessoas com deficiência, alguns autores trabalham na perspectiva de analisar este processo a partir do contexto político, econômico e social. Mas, antes de falarmos sobre as políticas públicas educacionais, vale esclarecer o que são as políticas públicas. Vários autores concebem este conceito de diferentes formas, entretanto, para Hofling (2001, p. 31), é possível entendê-las como “o Estado em ação. É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Partindo deste entendimento, podemos dizer que a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas e outros setores sociais, foi estabelecida a partir de ações afirmativas criadas pelo governo para romper com os velhos paradigmas de exclusão. No entanto, estas políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão não foram conquistadas de forma simples, em sua grande maioria são resultados de lutas, organizações, manifestações, e coletivo de pais que exigiam uma democratização da escola, e que a mesma fosse igualitária em todos os seus segmentos.

Kassar (2012, p.835) chama a atenção para dois aspectos constitutivos que contribuiu significativamente para que as políticas públicas educacionais fossem criadas: a “**desigualdade** e a **diversidade**.” Estes dois aspectos são de fundamental importância para

entendermos o contexto que surgiu os debates sobre a inclusão de pessoas com deficiências nas escolas brasileiras.

Considerando que nossa sociedade é marcada pela desigualdade social e, culturalmente diversificada, compreendemos que as oportunidades não abrangiam todas as classes sociais, desta forma, uma parcela da população, sobretudo as mais pobres não tinham acesso a serviços básicos, é o caso da educação. Entretanto, “ao longo do século XX, as estatísticas brasileiras foram registrando a ampliação do atendimento educacional no país”. (Kassar, 2012, p. 836).

Com relação aos alunos que apresentavam alguma deficiência, podemos destacar que com a necessidade de universalizar o processo de escolarização, e ampliar o quantitativo de escolas para atender aos interesses econômicos, estes passaram ter matrículas e frequência nas escolas e instituições específicas. Bueno (2016, p. 93) enfatiza que no “decorrer do século XX, a educação especial tomou proporções cada vez maiores”, porém, inicialmente apresentava característica de uma política de “favor” ou auxílio para aquelas pessoas que por condições de saúde não podiam exercer sua cidadania.

Entretanto, para melhor entendermos este movimento, é necessário definirmos o que é a educação especial. Neste contexto, compreende-se como Educação Especial “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais” (BRASIL, 1996, s/p). Esta modalidade de ensino oferece suporte para os alunos com deficiência frequentarem as escolas regulares, em todos os níveis de ensino “A educação especial está [...] baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam”. (MAZZOTTA, 1982, p. 10).

Observamos que existe uma diferença entre a Educação especial e Educação inclusiva, porém, uma complementa a outra através de suas finalidades. No que se refere à Educação inclusiva, acredita-se que a contribuição desta política tem sido positiva na construção de escolas que valorizam as diferenças dos alunos, sem excluí-los ou discrimina-los por suas condições físicas e/ou intelectuais, além de contribuir para a organização do sistema educacional brasileiro frente aos desafios de promover uma educação equitativa para todos.

Entretanto, a pesar de ser uma política que tem contribuído para a ampliação e expansão da inclusão, são vários os desafios que surgem quanto a sua aplicabilidade, principalmente quando se trata de pessoas público alvo da educação especial nos espaços

educacionais. É esperado que exista preparação e organização escolar para atender as especificidades dos alunos, principalmente no que se refere ao suporte necessário para que a Política de Educação Especial na perspectiva da inclusão seja materializada, obedecendo aos critérios estabelecidos a partir da sua teoria.

Todas as discussões que serão feitas neste trabalho serão pautadas no sentido de entendermos como aconteceu o movimento de inclusão de pessoas com deficiência nos espaços escolares. Portanto, o tópico a seguir traz uma análise da Política de inclusão, destacando seus marcos históricos e legais.

1. Breve Histórico da Educação Especial: uma análise da Política de Inclusão a partir da década de 1990.

A história da educação brasileira tem sido discutida, estudada e escrita ao longo dos anos por vários pesquisadores com finalidades diferenciadas, mas que acima de tudo buscaram analisar como aconteceu o processo de organização escolar em diferentes momentos no contexto nacional. Os debates que se originaram entre pesquisadores, intelectuais, movimentos sociais e políticos, em prol de uma organização na educação perpassou vários segmentos e tiveram avanços significativos para a consolidação de uma sistematização do ensino, assim também como uma educação que abrangesse não somente uma parte da sociedade, mas todas as classes sociais, como destaca Lessard:

De fato, muitas políticas educativas foram adotadas e aplicadas na prática ao longo das últimas décadas, encarnando o acompanhamento educativo e social dos jovens pelos estados e uma vontade de democratizar a educação, elevar o nível geral de instrução da população, formar uma mão de obra capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e garantir a formação de jovens cidadãos aptos a viverem em sociedades modernas e pluralistas. (LESSARD, 2016, p. 7)

Para tanto, ao longo do tempo, o processo de modificação da educação foi sendo estabelecida a partir de vários aspectos, dentre eles podemos citar o cultural, social e econômico, e isso possibilitou que muitos movimentos favoráveis a este processo fosse ganhando força, principalmente os movimentos que surgiram a partir do século XIX e XX, e que influenciam diretamente as políticas educacionais brasileiras do século XXI, principalmente as políticas educacionais inclusivas.

Neste sentido, é importante pensarmos a educação como parte fundamental para o processo de transformação da sociedade. Lessard (2016) destaca que “pode-se falar de uma fé profunda no progresso da sociedade através da educação”. Entretanto, para pensar e apontar a educação como meio transformador de vidas e de sociedades, é necessário que existam ferramentas legais capazes de subsidiar este processo, no caso, essas ferramentas podem ser entendidas como as próprias políticas públicas educacionais.

No tocante a educação especial, podemos dizer que os avanços educacionais foram acontecendo de maneira lenta. Kassir (2012) destaca que no Brasil esses avanços começam a acontecer ao longo do século XX. Todavia, mesmo que este processo tenha sido efetivado de maneira lenta, Vieira (2011) especifica que:

[...] entre as populações atendidas ao longo do processo de universalização da escolarização obrigatória, encontram-se aquelas que historicamente foram excluídas, inclusive a que hoje é foco da educação especial, em salas de aulas de escolas públicas e privadas. (VIEIRA e JESUS, 2011, s/p).

É justamente neste contexto de exclusão e inclusão social que destacamos o ponto inicial para a consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, principalmente nos espaços escolares. Muitos autores trabalham este ponto a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é o caso de Kassir (2012, p. 837). De acordo com este autor, com a “formalização dos direitos sociais e humanos, impactaram a percepção das formas de atendimento das pessoas com deficiência”.

Porém, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que estabeleceu a igualdade de direitos para todos, outros documentos foram considerados importantes para mudar os rumos da educação especial no Brasil. A Constituição Federal de 1988- CF/88 estabeleceu em seu art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, mas, a invisibilidade e exclusão, principalmente das pessoas que apresentavam alguma deficiência continuou existindo em diversos espaços sociais por muitos anos.

Acredita-se que a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, assim como a CF de 1988, tiveram grande importância para a criação de leis, centros especiais, ampliação de espaços e inserção de pessoas com deficiência aos espaços públicos, assim como a inclusão nas escolas de Ensino regular. Kassir (2012) enfatiza que tendo sido influenciado por outros países, o Brasil passou a modificar algumas questões a respeito da educação especial:

[...] vários países, inclusive o Brasil, passaram a adotar propostas menos segregadas para a educação de pessoas com deficiência e a modificar suas leis para a garantia de direitos a essa população de forma ampla (KASSAR, 2012, p. 838).

A busca por uma sociedade justa e inclusiva vem sendo construída a partir das transformações que a sociedade passou, e continua passando. Neste contexto, é importante abordar essa trajetória de forma mais centralizada e voltar-se para as questões que envolvem todo o processo. Lessard (2016) enfatiza que com “a democratização do ensino, vários sistemas foram repensados no intuito de permitir que todos os jovens tivessem acesso a uma educação gratuita mínima”.

Desta forma, foi necessário repensar as bases e estabelecer critérios específicos para ofertar uma educação para todos, e principalmente para as pessoas com deficiência. Foi neste contexto que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 4.024/1961, no seu art. 88 e 89 chamou a atenção para o que chamavam de “Educação de Excepcionais”, no qual estabelecia poucos critérios para a promoção e desenvolvimento desta modalidade de ensino nas instituições públicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleceu os critérios acima mencionados para especificar como a educação especial nesse período seria trabalhada. Vemos que existiam poucos critérios, e que não existia uma organização sólida e sistematizada para se estabelecer esse tipo de segmento educacional. Porém, com as transformações em vários níveis sociais e com a nova Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 é que vamos ter uma maior organização voltada exclusivamente para atender os alunos com deficiência.

As novas formas de organização da educação a partir dos anos 1990, especificamente com LDB nº 9.394/96 trouxe mudanças significativas para o cenário educacional brasileira, e no que se refere à educação inclusiva, podemos observar que através do Cap. V, Art. 58 vemos exclusivamente como ficou organizado da Educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (BRASIL, 1996).

As mudanças que ocorreram nas esferas públicas, sobretudo, na esfera educacional foram feitas a partir do ideal de reconhecimento da educação como fator primordial para o desenvolvimento econômico, político e social dos países em desenvolvimento e que a

Educação Especial fez parte deste processo. Nesta perspectiva, Lessard (2016) destaca que O “exercício do direito à educação exigia dos estados o reconhecimento da adequação de certas medidas concretas e um comprometimento em aplicá-las na prática”.

Essa aplicação na prática pode ser compreendida como a criação de políticas e/ou leis que efetivassem esses direitos, que não fossem apenas uma teoria. O contexto de mudanças e de fluência dos organismos e movimentos Internacionais, principalmente a partir da década de 1990, como já foi mencionado anteriormente foi fundamental para repensar a Política inclusiva brasileira. Pensando nestas questões, abordaremos no próximo tópicos os principais movimentos de origem internacional que contribuiu para a formulação das atuais políticas de inclusão brasileira.

2. Principais Movimentos que impulsionaram as Políticas Públicas Inclusivas no Brasil

Como já foi enfatizada, nos últimos anos a educação em linhas gerais, vem sofrendo mudanças em diversos aspectos para promover uma educação pautada nos ideais de igualdade de oportunidades para todos. Neste sentido, nota-se que com o desenvolvimento desses ideais a educação ganhou novos rumos, novas concepções e trouxe para o centro dos debates educacionais a educação para as pessoas com deficiência.

Sabemos que grande maioria dos países vem modificando suas estruturas sociais como forma de minimizar as desigualdades que predominam em seus sistemas, e isto acontece através de um conjunto de ações, discussões e movimentos que surgem na perspectiva de melhorar a qualidade da educação ofertada pelos governos. No contexto brasileiro de Políticas Públicas inclusivas, destacamos a década de 1990 como marco decisivo para a consolidação do que vinha sendo implantado durante décadas anteriores.

Neste contexto, Kassar (2012) destaca que. “a partir de então, passaram a adotar propostas menos segregadas para a educação de pessoas com deficiência e a modificar as suas leis para a garantia de direitos a essa população”.

É através desta mobilização com a finalidade de trazer a educação como um direito para todos que apresentamos alguns dos principais movimentos que surgiram em prol da efetivação dos Direitos Humanos, sobretudo dos Direitos das pessoas com deficiência: Declaração dos Direitos Humanos (1948), Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 4.024/6, Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp) em 1973, Constituição Federal de 1988, Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7. 853/89,

decreto esse que “estabelece o conjunto de orientações e normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com de deficiência”.

Trazendo para o cenário mais atual, especificamente a partir da década de 1990, temos alguns movimentos internacionais que foram grandes influenciadores para o ideário inclusivo brasileiro, a começar pela Conferência de Jomtien (1990), Declaração de Salamanca (1994), Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais (1994), Convenção de Guatemala (1999). Esses foram os principais movimentos que impulsionaram a criação da promulgação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96 e a criação da Lei Brasileira de Inclusão-LBI nº 13.146/ 2015.

Acentuadamente a partir de 1990 com dois grandes movimentos: a Conferência de Jomtien (UNESCO, 1990) e a Conferência de Salamanca (UNESCO, 1994), essas conferências objetivaram romper com a exclusão das pessoas consideradas “incapazes pela sociedade”. Especificamente na Declaração de Jomtien firmaram compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas o direito a educação para uma vida mais digna e justa. A Declaração de Salamanca sugere que o público alvo da educação especial possa frequentar a rede regular de ensino e tem como objetivo:

[...] promover a educação para todos analisando as mudanças políticas fundamentais e necessárias para fornecer o enfoque da educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender a todas as crianças, sobretudo às que têm necessidades educacionais especiais (CARVALHO, 2018, p.79).

Partindo destes pressupostos, nota-se que ao promover essa transformação no âmbito educacional com a finalidade de incluir todas as pessoas, Lessard chama a atenção para o que ele chama de “otimismo com relação a um futuro modelado por uma educação acessível a todos e moderna, tanto no âmbito de seus conteúdos quanto em sua pedagogia”.

Levando em consideração o lado de mudanças impostas pelas novas configurações sociais nos últimos tempos, a Educação Especial passou por transformações em todos os seus segmentos. Um exemplo claro dessas transformações podem ser vistas na nova LDB/96, que trouxe alterações significativas no que se referem ao atendimento as pessoas com deficiência.

Kassar destaca que neste contexto de transformação em vários aspectos, no Brasil, notam-se as seguintes mudanças na área educacional:

A partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Educação tem implantado um conjunto de programas e ações para formação da política de educação inclusiva. São ações com esse propósito: Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial e Formação de Professores para o

Atendimento Educacional Especializado; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível, que visa à adaptação arquitetônica das escolas; Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, de formação de multiplicadores para a transformação de sistemas educacionais comuns em sistemas inclusivos; Programa Incluir, para acesso às instituições federais de ensino superior aos alunos com deficiências. (KASSAR, 2006, p. 8)

Vemos que os anos finais da década de 1990, e início dos anos 2000, foram decisivos para a construção de uma das mais importantes Políticas Públicas Inclusivas brasileiras, a LBI nº 13.146/2015. É importante destacar que a LBI ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, assim como a LDB 9394/96 foram pensadas e construídas a partir de ideias já estabelecidas a partir de discussões e documentos internacionais, como é caso da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas. Desta forma, a Lei de Inclusão Brasileira que passou a ser efetivada em 2016, se destaca por apresentar uma nova configuração para a inclusão no Brasil:

O estatuto é nova forma de perceber o ser humano em sua força e fragilidade, nova forma de compreender que a diversidade é traço Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão que não tem que separar as pessoas, mas uni-las, num sentimento de identidade e pertencimento. De ir e vir pelos caminhos e espaços.(BRASIL, 2016).

Neste contexto, foi possível perceber que o processo de inclusão das pessoas público alvo da educação especial no Brasil, foi estabelecido por várias influências nacionais e internacionais em diferentes tempos históricos. Entretanto, os movimentos que surgiram nos anos de 1990 em prol da defesa de uma escola pública pluralista, com ideais de igualdade, inclusão social e com condições de acesso e permanência de forma geral, que atendesse as necessidades individuais dos alunos ganhou destaque e trouxe discussões que serviram para organizar e efetivar as Políticas Educacionais Inclusivas Brasileiras até os dias atuais.

Considerações Finais

Amparados na perspectiva de analisar os movimentos que influenciaram na criação das escolas inclusivas, assim como a busca para efetivar a educação como um direito para todos, foi possível perceber que a educação especial foi se consolidando aos poucos através de declarações, conferências, movimento e resistências por parte dos pais, da sociedade e de

peessoas que buscavam incluir seus nas salas de aulas comuns aquelas pessoas que foram por anos impedidos de exercer seus direitos de cidadão Brasileiro.

Neste contexto, foi feito uma breve análise do processo de inclusão, e também apresentado os principais movimentos internacionais que ajudaram na criação de textos e bases organizacionais, assim como na criação das próprias políticas públicas inclusiva no Brasil.

São perceptíveis as mudanças que ocorreram no âmbito educacional, e principalmente no que se refere às questões de inclusão social. O direito a educação é um direito estabelecido a partir dos princípios constitucionais e por muito tempo esse direito foi negado a pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência.

Porém, podemos perceber que mesmo diante as várias dificuldades, e frente aos atrasos com relação à criação de leis que amparassem esse público, a busca por uma educação especial que fosse além das escolas especiais, e que colocasse essas pessoas como protagonistas de suas próprias histórias serviram para a criação de várias Políticas Públicas que garantem todos os direitos dessas pessoas, principalmente no âmbito educacional.

INTERNATIONAL MOVEMENTS AND THEIR INFLUENCES ON THE FORMULATION AND ORGANIZATION OF BRAZILIAN INCLUSIVE PUBLIC POLICIES.

ABSTRACT:

Special education from the perspective of inclusion has been the focus of major discussions at national and international levels. Such discussions put into debate inclusive special education as a public policy that emerged in a more intense and consolidated way from the 1990s onwards. The fight for an inclusive school, as well as the search to make education effective as a right for all, were marked by several important movements, declarations and conferences for the construction and definition of the paths that education, especially special education from the perspective of inclusion, should follow. In this context, the aim of this work is to carry out an analysis of the influence that international movements brought to the formulation of inclusive public policies in Brazil, highlighting the main innovations that emerged in the Brazilian educational field from 1990 onwards. With regard to relevance of this work, we can say that it will have academic and professional relevance, as the knowledge acquired during the study will enable us, as researchers, to have varied understandings and interpretations of the movement in favor of special education. The study proposal is directly linked to what was studied during the State, Public Policies and Education discipline, with the central questions being the survey of public policies and special education in Brazil, highlighting the context of emergence and applicability. The work is the result of a bibliographical survey carried out on

an exploratory basis, whose delimitation focused on the period from 1990 to the present day, with authors such as Hofling (2001), Lessard (2016) being used as a basis for the construction of the theoretical framework. , Mantoan (2003, 2011), Carvalho (2014, 2012, 2010), Bueno (2016), Ball (2011), Lakatos and Marconi (2003), Mazzota (2011), - Law of Guidelines and Bases of National Education n° 9,394 /1996, Federal Constitution of 1988, Universal Declaration of Human Rights (1948), Salamanca Declaration (1994), Jomtien Conference (1990), others. As results, or conclusions made from what was studied, it can be seen that Brazilian Inclusive public policies were strongly influenced in their general context by international conferences and organizations, and that all discussions regarding equal education served to ensure that education Specially from an inclusive perspective, it was the State's duty to promote and develop policies that minimize inequalities, and provide conditions for access and permanence for students with disabilities in regular schools.

KEYWORDS: : Special education. Inclusive education. Inclusive Public Policies.

REFERÊNCIAS

BALL, J. Stephen. MAINARDES, Jefferson. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 4.024 de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.611**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146**. Inclusão Brasileira da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Versão preliminar, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

CARVALHO, RositaEdler. **Educação inclusiva: cara com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Meditação, 7 ed. 2010.

CARVALHO, RositaEdler. **Removendo Barreiras na Prática pedagógica em sala de aula**, 2006.

CARVALHO, RositaEdler. **Educação inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6 ed. Porto Alegre: Meditação, 2012.

FILHO, Teófilo Alves Galvão, MIRANDA, Teresinha Guimarães. **O Professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares**. EDUFBA, 2012.

HOFLING, Eloisa de Mattos: **Estado e políticas públicas sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães: **educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade**, 2006.

LESSARD, Claude: **Políticas educativas: a aplicação na prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MAINARDES, JEFFERSON: **abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. S. Paulo: Atlas, 2003

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Escolar: comum ou especial**. São Paulo, Pioneira, 1987.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, O.M.P.R.; CAPELLINI, V.L.M.F. SANTOS, D.A.N. **Fundamentos históricos e conceituais da educação especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade**, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO: Jomtien, 1990.